

O BRILHO DE DIVERSAS ÁFRICAS THE BRILLIANCE OF MANY AFRICAS

JOSÉ AIRTON FERREIRA DA COSTA JÚNIOR*

FAUVELLE, François-Xavier. **O Rinoceronte de Ouro: Histórias da Idade Média Africana.** Tradução: Regina Salgado Campos; Iraci D. Poleti. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. p. 296.

Quando falamos de Idade Média Africana, sobre o que estamos nos referindo afinal? A busca por uma, ou melhor dizendo, por respostas a esta indagação foi o que motivou o livro mais recente do historiador e arqueólogo francês especialista em África, François-Xavier Fauvelle. Seu currículo, aliás, é bastante extenso: é diretor do *Travaux et Recherches Archéologiques sur les Cultures, les Espaces et les Sociétés (Traces)* do *Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS)* localizado em Toulouse, na França; pesquisador honorário na *School of Geography, Archeology and Environmental Studies* da Universidade de Witwatersrand, em Joanesburgo, na África do Sul; pesquisador associado no *Centre Jacques-Berge* em Rabat, no Marrocos.

Tema da presente resenha, o livro possui ao todo 34 capítulos. Cada um possui lista de referências (historiográficas e arqueológicas) sobre o tema abordado. O exemplar conta com glossário e indicações de obras relevantes da Idade Média Africana. O autor estabeleceu conexões entre alguns capítulos, ora indicando temas a serem abordados: o capítulo 24, que trata da sociedade que se desenvolveu em meados do século XIV nas atuais costas do Senegal e Gâmbia, faz referência aos capítulos 26, 28 e 29 devido as discussões presentes nestes últimos sobre as fronteiras e da sociedade da região do Mali no século XIV; o capítulo 32, por sua vez, faz menção ao de número 34 pois ambos discutem a presença cada vez maior de cristãos europeus na África a partir do século XV. Ora remetendo para questões já debatidas: o capítulo 22, cujo enfoque recai sobre a Somália e Madagascar em fins do século XIII, faz menção aos capítulos 2, 19 e 21, que em alguma medida analisaram as relações comerciais de ambas as regiões em períodos anteriores. Por fim, vale destacar as “reviravoltas” presentes em muitos

* Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Professor temporário do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI-UECE).

capítulos. Somos apresentados a algum debate que posteriormente será desconstruído. No capítulo 34 somos apresentados a indivíduos que eram caracterizados como “cristãos” pelos mulçumanos da costa Índica africana e por europeus que ali chegaram no final do século XV, mas, ao analisar melhor as fontes, percebeu-se que se tratavam, na verdade, de hindus.

Idade Média Africana: de maneira similar a sua congênere europeia, tal período também designa um espaço temporal situado entre duas Áfricas mais bem conhecidas: a África da Antiguidade e a África dita Contemporânea. À primeira corresponderia as civilizações antigas como: o Egito faraônico, a Núbia meroítica, a África púnica (romana); Aksum na Etiópia. Já a “segunda África” corresponde àquela do período entre o contato com os “descobridores” /conquistadores europeus de fins do século XV em diante – o que equivale para nós às Idades Moderna e Contemporânea –, no qual o destino do continente passou a estar mais entrelaçado com os das potências europeias. Nos dois casos, os vestígios de experiência (escritos e arqueológicos) são significativos, permitindo maior conhecimento sobre eles. Entretanto, para o recorte cuja extensão vai do século VIII ao século XV a escassez de registros escritos, de grandes vestígios arquitetônicos, da preservação de determinada memória a respeito de uma região foram motivos para denominar esse período como uma “Idade das Trevas”, período “obscuro”. O que guarda certa relação com a definição mais tradicional de Idade Média relacionada a Europa.

Estes séculos, apesar de “obscuros”, no sentido de termos pouco acesso a maiores informações, não foram de estagnação ou atraso. Nesse período surgiram diversas formações políticas importantes no continente, interligadas, ainda que em diferentes níveis, aos processos mais amplos nos quais a própria Cristandade e o Islã inseriram-se nas suas respectivas “Idades Médias”. De acordo com Fauvelle, isto nos permite utilizar a expressão, “Idade Média Africana”, sem correremos o risco de cairmos numa visão eurocêntrica da História. Importante salientar: a inserção da África nesses contextos mais amplos e comuns a diferentes atores durante a Idade Média foi em uma posição de autonomia no qual as diferentes organizações políticas controlavam os rumos do comércio em várias escalas; a produção e exploração de seus próprios recursos naturais; a assimilação ou não de novos valores culturais. Na concepção do autor, todo esse dinamismo demonstra muito mais uma África “brilhante” do que um continente esquecido e atrasado, pecha que até recentemente também pairava sobre outras “Idades Médias”.

As fontes, os registros e os vestígios utilizados para a construção do trabalho possuem ampla natureza. Grande parte dos capítulos basearam-se em registros escritos de geógrafos, viajantes, comerciantes e integrantes (funcionários, diplomatas, membros dos diferentes

credos) dos respectivos Estados, africanos ou não, que tiveram lugar no recorte temporal analisado. Outros resultaram da análise de vestígios arqueológicos da cultura material encontrados em sítios arqueológicos e de seus respectivos relatórios. Em relação aos materiais escritos, sua quase totalidade provém de fontes árabes. Muito disso se deveu pela expansão do Islã, temática que iremos nos debruçar mais adiante, na região desde o século VII, o que proporcionou registros tanto por parte da burocracia dos Estados islâmicos que iam se formando na região quanto pela presença de mercadores e de viajantes que se aventuraram para além das fronteiras do mundo mulçumano. Em escala muito menor há fontes provenientes de línguas locais: o geês da região da Abissínia; o coopta utilizado pelas comunidades cristãs e pelos membros desta respectiva Igreja; documentos em língua árabe mas redigidos com caracteres hebraicos pelas comunidades de mercadores judaicos instalados nos grandes centros comerciais africanos; registros e menções à África em fontes de origem chinesa; registros de mercadores e exploradores do que hoje corresponde a Europa Ocidental sobre a África do século XV e começo do século XVI. Também temos algumas representações iconográficas, como pinturas e mapas.

Os registros arqueológicos por sua vez possuem uma composição muito ampla: moedas cunhadas a partir de diferentes materiais (cobre, prata, ouro) e com diferentes inscrições e origens (por exemplo, moedas de ouro encontradas em Debre Damo, norte da Etiópia, eram de origem kuchan, ou seja, povo de cultura greco-budista da região da Bactria, que corresponde aos confins dos atuais Estados da Índia, Afeganistão e Paquistão). Além disso, peças de tecido, magotes de diferentes tipos de metal, contas de vidro provenientes de outras regiões para além do continente africano, peças de cerâmica oriundas de outras partes do mundo islâmico e para além dele; conchas marinhas de origem indo-pacífico, túmulos e seus respectivos conteúdos (desde representações de animais em diferentes tipos de materiais, armas e adereços e restos mortais de origem humana e animal), vestígios e construções arquitetônicas.

Como o título já deixa bem claro, o livro nos traz uma série de pequenas análises sobre diferentes acontecimentos, aspectos socioculturais, transformações que tiveram lugar nas mais diversas regiões do continente africano entre os séculos VIII e XV. Apesar de não haver um “fio condutor” para o livro como um todo, dois temas em especial perpassam a obra por inteiro: o comércio e a presença do islã. A partir desses dois “eixos” podemos fazer as interconexões entre essa enorme variedade de fontes e chegar a produção de sentidos sobre algo que inicialmente não parece fazer sentido algum. Em relação ao Islã e sua presença no continente africano temos algumas considerações a fazer.

Muito do que foi descrito e observado nas diversas partes do continente nos chegaram por meio dos relatos de mercadores e viajantes islâmicos. Nesse sentido, convém lembrar, muito daquilo visto “*in loco*” (ou alegado como tal) por àqueles foi descrito a partir dos referenciais mulçumanos, privilegiando alguns aspectos em detrimento de outros. Assim sendo, é conveniente o alerta por parte de François-Xavier de que “nem tudo o que foi visto fora realmente visto de fato”. Outro aspecto se refere a própria expansão do islamismo pelo continente. No Magreb, por exemplo, a islamização foi mais abrangente. Contudo, apesar da conversão à nova religião nem todos adotaram os preceitos sociais que adviriam disso. Exemplo: os berberes. Sua identidade permaneceu ligada as unidades tribais e aos clãs e não a uma nação ampla com implicações de fronteiras rígidas presentes noutras partes do mundo islâmico. No Sahel e além, as conversões não tiveram tanta penetração social, limitando-se muitas vezes ao soberano e seu círculo mais próximo. Tal fenômeno, segundo Fauvelle, foi proveitoso para conversores e conversos: estes se inseriram nas redes comerciais do Islã e àqueles puderam ter maior confiabilidade nas trocas estabelecidas com os novos membros da comunidade dos crentes. A conversão também abria a possibilidade de alianças entre Estados, possibilitando a “reis” e “senhores” locais obter hegemonia sobre seus adversários. Por fim cabe destacar o poder da interconexão islâmica na Idade Média. O Islã soube fazer-se de intermediário entre diferentes “mundos”, distantes tanto espacialmente quanto culturalmente: conseguiu efetuar a ligação entre a África Oriental, China, Índia e Oriente Médio bem como entre a região do Sahel e a Europa Mediterrânea. Este último aspecto tem relação direta com o segundo eixo que perpassa a obra como um todo: a questão do comércio.

Quando nos referimos as redes de trocas econômicas do mundo islâmico medieval, compreendendo partes da península Ibérica, África, atual Oriente Médio, China e Índia, devemos ter em mente que grande parte de seu êxito se deveu pelo amplo sistema comercial estabelecido, muito mais unificado pelas leis do direito islâmico e pelo sistema monetário do que pela unidade de língua e pela religião adotada. Como dito anteriormente, as relações entre comércio e religião se complementaram no recorte temporal estudado pelo autor, mas isso não significava que a existência de um fosse fator indispensável para a existência do outro. O islã tornava as transações mercantis eram mais fluídas e dinâmicas. Todavia, as trocas não se restringiram apenas às regiões islamizadas. Populações não islamizadas da costa oriental africana comercializavam com mercadores mulçumanos itens como peles, âmbar, marfim e ouro que eram exportados para diferentes locais. O âmbar, por exemplo, era exportado para a China, como visto no capítulo 2, que tratou do leste africano no século X. Muitas das regiões de produção aurífera eram denominadas “pagãs” pelos mulçumanos e mesmo assim estes

últimos não deixaram de adquirir ouro a partir da troca de outras mercadorias. O comércio do sal era feito, inicialmente, entre as populações não islâmicas com mercadores mulçumanos; e o tráfico de escravos foi estabelecido entre mulçumanos e os não convertidos ao Islã. Assim, como bem demonstra o autor, a realização, estabelecimento e continuidade das trocas econômicas não dependia exclusivamente da presença da fé islâmica por todo o continente.

A interligação por um sistema monetário e por determinadas leis válidas para todas as regiões islamizadas permitiu presença significativa de mercadores de diferentes crenças nas praças comerciais do continente africano e além dele. O grupo mais numeroso nesse sentido foi o dos comerciantes judeus. Sua presença mais significativa foi em *Sijilmâsa* (Marrocos) a partir dos séculos IX e X, como abordado no capítulo 16, vindo a declinar a partir do progresso da ortodoxia sunita – desarticulando tal comunidade no século XV, como o autor debate no capítulo 32. Estes exerceram papel importante para a integração de diferentes partes da África através do estabelecimento e expansão da atividade mercantil no continente e nas regiões para além dele, existindo casas comerciais judaicas na Índia, China, atual Oriente Médio e na costa europeia do Mediterrâneo. Os europeus, a partir do século XV, inseriram-se nas rotas comerciais africanas através das redes mercantis judaicas, como também visto no capítulo 32.

Através dos capítulos podemos ter uma noção, ainda que bastante panorâmica, dos deslocamentos geográficos que as trocas comerciais tornaram possíveis ao longo dos séculos. Regiões que passaram a integrar-se; centros que progressivamente foram abandonados devido o declínio de sua posição como entreposto comercial ou porque a atividade econômica predominante foi deslocada para lugares mais distantes; disputas entre reinos pela hegemonia e controle das rotas de comércio. Tais mudanças foram algumas vezes descritas pelos próprios mercadores, ou por viajantes que estiveram nessas regiões. Mas também podemos acompanhá-las através dos vestígios arqueológicos de seus respectivos sítios.

Uma crítica que podemos fazer a este trabalho de François-Xavier Fauvelle está relacionada ao caráter panorâmico do livro, uma vez que não temos nenhuma análise mais aprofundada sobre alguma temática específica (ainda que o autor retome alguma região ou determinado assunto em diferentes temporalidades, a discussão em si ainda permanece limitada). Mas, ao mesmo tempo, tal característica pode apresentar a alguns pesquisadores possibilidades instigantes para se aprofundar naquilo que o autor apresenta em cada um dos 34 capítulos. De todo modo, o trabalho de Fauvelle é muito interessante e traz uma nova perspectiva para o período abordado.